



Diretrizes da Acreditação da Rede Bem da Terra.
Guidelines to the Acreditação of the Bem da Terra network.

ALEGRINI, Vitor Rodrigues¹; ALMEIDA, Eric Weller de¹; FIGUEIREDO, Julhana Pereira¹; MORAES, Natasha Koyama de¹; GUATIMOSIM, Eduardo¹; CRUZ, Antonio Carlos Martins da²

¹Universidade Federal do Rio Grande, guatimosim@furg.br; ²Universidade Federal de Pelotas, antonio.cruz@ufpel.edu.br

Eixo temático: Construção do conhecimento agroecológico e dinâmicas comunitárias

Resumo: A transição agroecológica é um processo multilinear e gradual que ocorre nos agroecossistemas que adotam práticas agroecológicas. Por sua complexidade, é natural a existência de desafios metodológicos ligados ao monitoramento ao longo do tempo. A Associação Bem da Terra de Comércio Justo e Solidário (Pelotas/RS), juntamente com os diversos atores envolvidos em suas atividades, busca construir uma proposta metodológica que permita acompanhar os processos produtivos dos empreendimentos rurais associados à Rede Bem da Terra, bem como atestar, aos demais membros da rede, a procedência agroecológica dos produtos comercializados em sua feira virtual. O presente trabalho apresenta os acordos firmados nas reuniões desenvolvidas entre 2018 e 2019, os quais resultaram nas Diretrizes para o Sistema de Acreditação da Rede Bem da Terra. As informações foram organizadas em uma matriz composta de 3 dimensões, 3 níveis da transição e 38 indicadores, utilizados no monitoramento da transição.

Palavras-Chave: Metodologias participativas; Economia Solidária; Grupo de Consumo Responsável; Transição Agroecológica

Keywords: agroecological transition; participative methodologies; responsible consumption groups; solidarity economy.

Contexto

A Associação Bem da Terra Comércio Justo e Solidário é uma rede de empreendimentos econômicos solidários e consumidores responsáveis. Sediada em Pelotas/RS, tem por objetivo principal desenvolver a economia solidária na microrregião Sul do Rio Grande do Sul através da construção de estruturas de comercialização compartilhadas entre os empreendimentos associados. A Feira Virtual Bem da Terra é uma estrutura de comercialização compartilhada e se constitui em uma plataforma digital onde os associados podem adquirir os produtos oriundos dos empreendimentos solidários. Ao se tratar dos produtos hortifrutigranjeiros comercializados na Feira, existe a demanda por parte dos consumidores, pela “garantia” de que tais produtos são produzidos em sistemas de produção agroecológicos. Entretanto, nestes tipos de sistemas de produção faz-se necessário perceber sua complexidade de organização e de processos.

A adesão dos agroecossistemas ao enfoque agroecológico supõe uma ação dialética transformadora. Tal enfoque passa a ser central no conceito de transição



agroecológica, pois busca valorizar a união do saber cultural local ao conhecimento científico e, a partir daí, construir e expandir novos saberes. Esses novos saberes, ou saberes agroecológicos, por sua vez, serão capazes de alimentar de forma permanente o processo de transição agroecológica, sobretudo, por implementar mudanças multilíneas e graduais nas formas de manejo dos agroecossistemas tornando-os mais sustentáveis (CAPORAL, 2008). A sustentabilidade, portanto, deve ser vista, estudada e proposta como sendo uma busca permanente de novos pontos de equilíbrio entre as seis diferentes dimensões que a compõe, a saber: dimensão ecológica, cultural, política, econômica, social e ética (CAPORAL & COSTABEBER, 2002).

O objetivo principal da transição agroecológica é identificar as características específicas dos agroecossistemas que constituam a peça chave de seu funcionamento e determinar em que nível ou condição esses parâmetros devem ser mantidos para que uma dinâmica sustentável possa ocorrer. Nesse sentido, a determinação de “níveis de transição” possibilita a descrição dos passos a serem seguidos, delineando o processo de conversão evolutivo dos agroecossistemas convencionais em agroecológicos (GLIESSMAN, 2008). Os níveis de transição descritos por Gliessman (2007; 2008) são quatro, a saber: Nível 1: aumento da eficiência das práticas convencionais a fim de reduzir o uso e o consumo de insumos escassos, caros ou ambientalmente danosos. Nível 2: substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas. Nível 3: redesenho do agroecossistema de forma que ele funcione baseado em um novo conjunto de processos ecológicos. Nível 4: mudança de ética e de valores da sociedade como um todo.

A mensuração e monitoramento de tais mudanças nos níveis de transição do agroecossistema durante o período de transição agroecológica ajudam o agricultor avaliar a evolução do processo e proporcionam um quadro de referência para determinar os indicadores envolvidos (GLIESSMAN, 2008). Os indicadores da transição devem ser sensíveis às mudanças e refletir as alterações nos atributos dos agroecossistemas. Para cada agroecossistema deve ser definido um conjunto particular de indicadores, principalmente em função das condições ecológicas e socioeconômicas presentes em cada região (MARQUES et al., 2003).

Contudo, reconhecendo a complexidade e os desafios da transição agroecológica, o presente trabalho tem por objetivo relatar a construção participativa de uma metodologia que permita acompanhar os processos produtivos agroecológicos dos empreendimentos rurais associados à Rede Bem da Terra e atestar, aos consumidores e aos demais interessados, a procedência agroecológica dos produtos comercializados na Feira Virtual.

Descrição da Experiência

A fim de responder à demanda da Rede, foi criada a Comissão de Acreditação, a qual busca promover o diálogo entre os diferentes atores sociais envolvidos através de



reuniões bimensais. A metodologia de trabalho para as reuniões é organizada e pensada pela Coordenação da Comissão da Acreditação, e consiste na proposição de temas e mediação das discussões realizadas durante os encontros. De modo geral, essas reuniões tiveram como objetivo desenvolver, utilizando ferramentas e metodologias participativas, critérios que possam contribuir para o desenvolvimento da metodologia, denominada pelo grupo de “Sistema de Acreditação”.

A estruturação da proposta metodológica teve seu início no primeiro semestre de 2018, fruto das discussões realizadas na reunião da Comissão da Acreditação. Em cada reunião da construção do Sistema de Acreditação, de modo cumulativo e autogestionado, os acordos foram sequencialmente construídos a partir da mediação dos pesquisadores e membros da comunidade acadêmica.

A partir dos encontros foi acordado pelo grupo que o Sistema de Acreditação avaliará três dimensões, a saber: Ambiental; Social e Técnico-Produtiva. Estas dimensões dialogam com as dimensões propostas por Caporal & Costabeber (2002). A Dimensão Ambiental sugerida pelos agricultores se aproxima muito da Dimensão Ecológica – proposta pelos autores –, pois considera tanto o uso dos recursos naturais disponíveis no agroecossistema, quanto a proteção do sistema como um todo, incluindo o solo, o ar, a água e os resíduos gerados. A Dimensão Social, por sua vez, contém elementos de três outras dimensões da sustentabilidade propostas por Caporal & Costabeber (2002), quais sejam as Dimensões Social, Política e Cultural. Na forma proposta pelos agricultores, a Dimensão Social relaciona a participação dos agricultores em reuniões, a formação em cursos de capacitação, a igualdade de gênero nas relações, a distribuição equitativa das responsabilidades entre a gestão familiar, bem como a educação das crianças e jovens em idade escolar. A Dimensão Técnico-Produtiva, por fim, se aproxima da Dimensão Econômica proposta por Caporal & Costabeber (2002), uma vez que detalha os aspectos do sistema produtivo propriamente dito, relacionando conceitos de fertilidade do solo, uso de material propagativo, manejo de doenças e bem estar animal.

Sobre os níveis da transição agroecológica ficou acordado que serão avaliados três níveis da transição, a saber: Inicial, Transitório e Recomendado. Os níveis escolhidos pelo grupo nas reuniões dialogam com os níveis propostos Gliessman (2007; 2008). Entretanto, se diferem na nomenclatura utilizada e na quantidade de níveis para a transição.

Sequencialmente foram levantados, discutidos e referenciados, pelos envolvidos, de três a cinco indicadores por dimensão, por nível da transição. Para a proposição de cada indicador, foi solicitada também sua descrição. Vale ressaltar que ao longo das reuniões, com o maior empoderamento dos participantes, os indicadores foram sendo alterados a fim de permitir a inserção de todos os agricultores e empreendimentos presentes. Os indicadores elencados pelo grupo buscaram refletir as condições ecológicas e socioeconômicas presentes em cada região. Tais características satisfazem as condições desejadas de indicadores da sustentabilidade, conforme aponta Marques *et al.* (2003).



A partir dos indicadores, foi definido o tempo máximo para os níveis da transição agroecológica, sendo que começando do nível inicial (mínimo) se objetiva estar no nível Transitório em três anos (com tolerância de mais um); e a partir do Transitório, almeja-se estar no nível Recomendado em três anos (com tolerância de mais um). Desta forma, entre o nível Inicial e o Recomendado, almeja-se o prazo máximo de oito anos do processo de transição agroecológica.

Resultados

É importante frisar que a construção da metodologia do Sistema de Acreditação com os atores implicados ainda está em andamento. Os resultados aqui apresentados, portanto, são preliminares e passíveis de serem ajustados ao passar das reuniões. Os acordos entre os participantes das reuniões foram sistematizados no que foi chamado de Matriz da Acreditação, apresentada a seguir.

| | | Níveis da Transição Agroecológica | | |
|-----------|-------------------|-----------------------------------|-------------------------|-------------------|
| | | Inicial (3 anos + 1) | Transitório (3 anos +1) | Recomendado |
| Dimensões | Social | Nº Indicadores: 5 | Nº Indicadores: 4 | Nº Indicadores: 5 |
| | Ambiental | Nº Indicadores: 3 | Nº Indicadores: 3 | Nº Indicadores: 3 |
| | Técnico-Produtiva | Nº Indicadores: 5 | Nº Indicadores: 5 | Nº Indicadores: 5 |

Tabela 1. Matriz do Sistema de Acreditação Bem da Terra

Pode-se dizer que, em relação ao objetivo inicial proposto, a Matriz da Acreditação foi um passo importante em todo processo. Nela estão organizados todos os acordos firmados até o momento.

Os acordos relativos às dimensões, aos níveis de transição e aos indicadores da transição a serem monitorados pelo Sistema de Acreditação foram firmados levando em conta os conhecimentos teóricos discutidos por Caporal e Costabeber (2002), Gliessman (2007; 2008) e Caporal (2008). As informações dos autores citados foram sendo aprendidas pelo grupo a cada reunião e tomadas como diretrizes que auxiliaram no processo de construção da metodologia. Nesse sentido, a Matriz da Acreditação pode ser vista como resultado da troca de saberes entre os envolvidos



no processo, corroborando com Caporal e Costabeber (2002) quando trazem que o conhecimento agroecológico se expande por meio da socialização e da troca de saberes entre as comunidades, e se estabelece de forma participativa.

É importante relatar que existe ainda uma série de critérios a serem postos em diálogo com o grupo. Um dos critérios diz respeito ao valor de diferentes pesos que os indicadores poderão ter em cada dimensão e cada nível da transição a ser monitorada. Isso poderá facilitar na avaliação do cumprimento dos critérios por parte dos empreendimentos rurais da associação.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Sistema de Acreditação ainda é incapaz de atestar aos interessados sobre a procedência dos alimentos agroecológicos comercializados na Feira Virtual Bem da Terra. Entretanto, é justo relatar que esse processo, mesmo em construção, tem buscado tanto orientar os caminhos que os agricultores devem seguir para se atingir uma produção efetivamente agroecológica, quanto contribuir para construção do conhecimento agroecológico entre os participantes da associação.

Referências Bibliográficas

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002. Disponível em: < <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio>>. Acesso em 6 mai. 2019.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FALEIROS, F. G.; NETO, A. L. F. (Org.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. 1. ed. Planaltina: Embrapa Cerrados. 2008. Cap. 29. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/570974>>. Acesso em: 6 mai. 2019.

GLIESSMAN, S. R. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. **Revista Ecosistemas**, v. 16, n. 1, p. 13-23, 2007. Disponível em: <<https://www.revistaecosistemas.net/index.php/ecosistemas/article/view/134>>. Acesso em: 9 mai. 2019.

GLIESSMAN, S. R.; **AGROECOLOGIA: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 1–656.

MARQUES, J. F.; SKORUPA, L. A.; FERRAZ, J. M. G. **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003. v. 1, p. 1–281.